

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.228 - RS (2019/0355821-1)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : A M (PRESO)
ADVOGADOS : RAFAEL GUERREIRO NORONHA - RS091165
PABLO RICARDO ABOAL CUNA - RS091173
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por A M contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, proferido no julgamento do HC n. 700082670928, que ficou assim resumido (fl. 2028):

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PEDIDO DE PROGRESSÃO DE REGIME. INÉRCIA NÃO VERIFICADA. JUÍZO A QUO QUE, DURANTE A TRAMITAÇÃO DO WRIT, RECONHECEU FALTA GRAVE E SOLICITOU, NA MESMA DECISÃO, CASO IMPLEMENTADO O LAPSO TEMPORAL, O ATESTADO DE CONDUTA CARCERÁRIA, JUSTAMENTE COM O FIM DE ANALISAR A POSSIBILIDADE DE PROGRESSÃO. TRAMITAR LENTO QUE SE JUSTIFICA PELA SITUAÇÃO EXCEPCIONAL ENFRENTADA PELA VARA DE EXECUÇÃO, NÃO CONFIGURANDO CONSTRANGIMENTO ILEGAL. DETERMINADA A ANÁLISE DO PEDIDO. PREJUDICADO O WRIT QUANTO À ALEGAÇÃO DE ILEGALIDADE DA REGRESSÃO CAUTELAR. LIMINAR RATIFICADA. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA. UNÂNIME.

No presente recurso, pretende a defesa o provimento do recurso "para que seja: **a.** reconhecida a nulidade do PAD instaurado, visto a oitiva do agente penitenciário William Daniel Santos dos Santos sem a presença do apenado e seus defensores, face violação ao art. 5º, IV, da Constituição Federal, art. 563 do Código de Processo Penal e Súmula nº533, do Superior Tribunal de Justiça; ou **b.** reconhecida a nulidade da decisão recorrida, visto a ausência de audiência de justificação, violando o art. 118, §2º, da Lei de Execuções Criminais; ou **c.** quanto ao mérito, afastamento da falta grave, face a insuficiência probatória para sua homologação; e **d.** independentemente da tese arguida, a imediata colocação do reeducando em regime semiaberto" (fls. 2050/2051).

Brevemente relatado, decido.

O pedido é manifestamente incabível.

Como visto, o acórdão recorrido limitou-se conhecer em parte da impetração originária uma vez que a alegação referente a ilegalidade da regressão cautelar estava prejudicada diante o julgamento do mérito do PAD. Em relação ao pedido progressão foi ratificada a decisão liminar que determinou a análise do pedido de progressão de regime pelo juízo das execuções.

No presente recurso, inova a defesa com alegações de nulidade na oitiva de agente penitenciário, nulidade por ausência da audiência de justificação, falta de provas para o reconhecimento da falta grave, além de requerer a imediata transferência do apenado para o regime semiaberto.

Ocorre que nenhum destes temas foi submetido ou analisado no acórdão recorrido, circunstância que impede a manifestação desta Corte Superior sobre o tema, vedada a supressão de instância.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO (TRÊS VEZES), ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, EXPLOSÃO E DANO QUALIFICADO. ALEGAÇÃO DE PRECARIEDADE DOS INDÍCIOS DE AUTORIA. MATÉRIA NÃO EXAMINADA PELO TRIBUNAL A QUO. SUPRESSÃO. FUNDAMENTOS DO DECRETO PRISIONAL E INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO QUE DECRETOU A CUSTÓDIA. TEMAS NÃO SUSCITADOS NA IMPETRAÇÃO. INOVAÇÃO RECURSAL. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DE CULPA. NÃO OCORRÊNCIA. COMPLEXIDADE DA CAUSA. PLURALIDADE DE CRIMES, DE RÉUS E DE TESTEMUNHAS. EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS.

DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA. ANDAMENTO REGULAR. CONSTANTE IMPULSO OFICIAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO VERIFICADO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça, seguindo o entendimento firmado pela Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, não tem admitido a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso próprio, prestigiando o sistema recursal ao tempo que preserva a importância e a utilidade do habeas corpus, visto permitir a concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade. Precedentes do STJ e do STF.

2. A tese de precariedade dos indícios de autoria não foi analisada pelo Tribunal de origem, circunstância que impede a

apreciação direta pelo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de configurar indevida supressão de instância. Precedentes.

3. Ainda que assim não fosse, o argumento consiste em alegação de inocência, a qual não encontra espaço de análise na estreita via do habeas corpus ou do recurso ordinário, por demandar exame do contexto fático-probatório.

4. As questões trazidas à lume neste agravo regimental referentes à alegada ausência de fundamentos concretos na medida constritiva cautelar e à incompetência do Juízo que a decretou, não foram abordadas diretamente nas razões da impetração originária.

5. Em sede de agravo regimental, não se admite que a parte amplie objetivamente as causas de pedir e os pedidos formulados na petição inicial da ação ou do recurso, pois tal procedimento traduz indevida inovação recursal.

(...)

9. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 502.536/DF, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 17/09/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. FATO NOVO. INSTRUÇÃO APÓS NOVO JULGAMENTO SUPERVENIENTE. IMPOSSIBILIDADE. VIA ESTRITA. NÃO ENFRENTAMENTO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

I - Nos termos da jurisprudência consolidada nesta Corte, cumpre ao agravante impugnar especificamente os fundamentos estabelecidos na decisão agravada.

II - "O intuito de debater novos temas, por meio de agravo regimental, não trazidos inicialmente no recurso especial, se reveste de indevida inovação recursal, não sendo viável, portanto, a análise, ainda que se trate de matéria de ordem pública, porquanto imprescindível a prévia irresignação no momento oportuno e o efetivo debate sobre os temas" (AgRg no AREsp 401.770/PI, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Quinta Turma, DJe 12/11/2013)" (AgRg no AREsp 1320743/MG, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 12/09/2019).

III - "Considerando a celeridade do rito do habeas corpus, toda a prova do direito alegado deve estar pré-constituída e disponível no momento e nos autos da impetração, sob pena de não conhecimento do mandamus" (AgRg no HC 381.729/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Pacionik, DJe 06/06/2017).

IV - No mais, a d. Defesa limitou-se a reprisar os argumentos do recurso ordinário, o que atrai a Súmula n. 182 desta Corte Superior de Justiça, segundo a qual é inviável o agravo regimental

Superior Tribunal de Justiça

que não impugna especificamente os fundamentos da decisão agravada.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no RHC 115.609/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, DJe 14/10/2019)

Ante todo o exposto, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, indefiro liminarmente o recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator